**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 9

GRUPO III – PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Após a realização de audiência relativa à ação de um assistido da DPU contra o INSS, o juiz se apercebeu de que a parte assistida não tem condições cognitivas para gerir o benefício previdenciário pedido. Ao prolatar a sentença, o juízo julgou procedente o pedido e nomeou o defensor da causa como curador do assistido, para cuidar da gestão de tais valores.

Analise o mérito da referida decisão judicial quanto ao instituto da curadoria, apontando se houve correção ou incorreção na nomeação do juízo.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

2.2.4 Atribuições e deveres, impedimentos, incompatibilidade e suspeições do Defensor Público federal.

PADRÃO DE RESPOSTA

É ilegal a ordem judicial de nomeação do defensor como curador material dos interesses da parte. É sabido que a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar n.º 80/1994) estabelece a função da instituição de exercer a curadoria especial (art. 4.º, inciso XVI). Tal dispositivo tem previsão também no novo CPC: “A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei” (art. 72, parágrafo único).

A questão é bem definida por Edilson Santana Gonçalves Filho[1]:

Ninguém pode ficar indefeso em um processo judicial. Em decorrência disso, há certos casos nos quais a lei determina a nomeação de alguém para defender os interesses do demandado, por exemplo, quando este, citado por edital ou com hora certa, é revel; ou ainda quando o incapaz não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele. É o que dispõem o Código de Processo Civil de 1973, no art. 9.º, e o Código de Processo Civil de 2015, no art. 72. A esse instituto dá-se a denominação de curador especial.

Contudo, é preciso distinguir a curadoria material dos interesses do assistido da curadoria especial promovida pelo defensor público. Edilson Santana Gonçalves Filho[1] resume bem o caso:

É importante, contudo, realizar uma distinção nem sempre percebida quando da nomeação de curador especial. É que a curadoria, muitas vezes, exige a realização de atos processuais e materiais.

Dois exemplos ilustram a questão: (a) demanda de saúde é julgada procedente, determinando-se a realização de procedimentos médicos em favor de criança (incapaz, portanto) em delicado estado. Os genitores, todavia, se opõem ao tratamento, criando, claramente, obstáculos para sua efetivação; (b) incidente de insanidade mental é instaurado, no bojo de processo criminal, diante de dúvida surgida com relação à imputabilidade penal do acusado. O magistrado nomeia a Defensoria Pública para atuar como curador e remete

os autos dando ciência da data e hora estabelecidas para a realização do exame pericial[1].

No primeiro caso, assim, há necessidade de atos processuais (defesa dentro do processo judicial) e extraprocessuais ou materiais (atos necessários à efetivação da medida, como acompanhamento da menor às consultas, ingestão de medicamentos, realização de procedimentos cirúrgicos etc.). O mesmo ocorre no segundo (defesa técnica no processo e acompanhamento do réu em exame de sanidade mental).

A curadoria a ser exercida pela Defensoria Pública é a especial, de natureza processual, e não a material. A primeira (processual) também é chamada pela doutrina de curadoria à lide, pois se restringe ao processo, dentro dos casos expressos em lei. Deve-se atentar, destarte, que o instituto da curadoria, de direito material, não se confunde com a curadoria especial.

A atuação da Defensoria Pública, na qualidade de curador especial, tem efeito tão somente endoprocessual[2]. Ou seja, compete ao defensor público, dentro do desempenho de função atípica (curadoria especial), desenvolver a defesa técnica processual, sendo necessária a nomeação de representante do incapaz ou do réu para a prática de atos materiais necessários à efetivação da respectiva medida.

Ou seja, além da designação da Defensoria Pública, deve ser nomeado curador para representar, extraprocessualmente, os interesses da parte, na realização de atos materiais necessários, recaindo a escolha preferencialmente sobre pessoa da família (preferência que se extrai do art. 1.775 do Código Civil). Foi o que ocorreu nos autos da Ação Penal 5008432-51.2013.404.7005/PR, que teve curso na seção judiciária do Paraná, em despacho assim registrado: “Assim, em substituição à Defensoria Pública da União, nomeio o senhor [nome suprimido] (primo do autor), como curador especial, exclusivamente para a representação dos interesses da parte neste incidente de insanidade mental (...) Saliento, todavia, que a DPU continuará a exercer a defesa técnica do réu, até que seja por ele nomeado procurador”.

O Conselho Superior da Defensoria Pública da União, a fim de orientar os defensores públicos federais nesses casos, fez constar na Resolução n.º 85 de 2014 que “a função institucional de curadoria especial possui natureza exclusivamente processual e não abrange as modalidades de tutela e curatela previstas no ordenamento civil material” (art. 5.º).

[1] https://www.conjur.com.br/2015-nov-17/tribuna-defensoria-atuacao-defensor-curador-especial-efeito-endoprocessual#_ftn2

[2] Arcênio Brauner Junior. **Princípios institucionais da Defensoria Pública da União**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2014. p. 133-4.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA

PROVA ORAL/MALOTE 9

GRUPO III – DIREITO PREVIDENCIÁRIO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

QUESTÃO 2

O que diferencia “regime previdenciário financiado por regime de capitalização” de “regime previdenciário financiado pelo regime de repartição simples”? Exemplifique.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

2 O Regime Geral de Previdência Social (Lei nº 8.213/1991 e suas alterações). 2.1 Os beneficiários. 2.1.1 Segurado. 2.1.2 Segurado facultativo de baixa renda (Lei nº 12.470/2011). 2.1.1.1 Perda da condição de segurado. 2.1.1.2 O período de graça. 2.1.1.3 O trabalhador rural. 2.1.1.4 O trabalhador doméstico. 2.1.1.5 O estagiário. 2.1.2 Dependentes. 2.1.2.1 Relações familiares não convencionais. 2.1.2.1.1 Relações homoafetivas. 2.1.2.1.2 Vínculos conjugais múltiplos. 2.1.2.1.3 Os agregados. 2.1.3 Filiação e inscrição. 2.2 As prestações. 2.2.1 Salário-de-benefício. 2.2.2 Renda mensal. 2.2.3 Reajustes, revisões e valor real. 2.3 Os benefícios. 2.3.1 Benefícios urbanos e rurais. 2.3.2 Auxílio-doença. 2.3.3 Abono de permanência em serviço. 2.3.4 Aposentadoria por invalidez. 2.3.5 Aposentadoria por tempo de contribuição. 2.3.6 Aposentadoria por idade. 2.3.7 Aposentadoria especial. 2.3.8 Pensão por morte. 2.3.9 As pensões especiais. 2.3.10 Salário-maternidade. 2.3.11 Salário-família. 2.3.12 Auxílio reclusão. 2.3.13 Benefício de ex-combatentes e seringueiros. 2.3.14 O abono anual. 2.3.15 Serviços. Habilitação, reabilitação e serviço social. Contribuições sociais. Natureza e espécies. 2.3.16 Cumulação de benefícios. 2.4 Tempo de serviço e contagem recíproca. 2.5 A desaposentação. 3 Custeio do RGPS (Lei nº 8.212/1991 e suas alterações). 3.1 Contribuições sociais. 3.2 Natureza e espécies. 3.3 Salário-de-contribuição. 3.4 Carência. 3.5 Renda Mensal Inicial. 3.6 Cálculo de benefícios. Valores mínimo e máximo.

PADRÃO DE RESPOSTA

O regime de repartição simples tem como característica principal a solidariedade entre os segurados do sistema, ou seja, os segurados que conseguem trabalhar e contribuir o fazem para o pagamento dos benefícios do grupo de segurados/dependentes em inatividade.

O regime de capitalização tem como traço fundamental a individualidade, pressupondo-se que o participante promova a formação de reservas para um fundo que assegure o custeio dos benefícios contratados. Nesse caso, o contratante/aderente recebe o valor de suas reservas acrescido de seus rendimentos. O Regime Geral de Previdência gerido pelo INSS e os Regimes Próprios dos Servidores Públicos seguem a regra do financiamento de repartição simples, ao passo que os Regimes Facultativos de Previdência (públicos como o FUNPRESP ou privados como a PETROS ou a PREVI) seguem o modelo de capitalização.